

ANTONIO DAVID CATTANI
JEAN-LOUIS LAVILLE
LUIZ INÁCIO GAIGER
PEDRO HESPANHA

*Dicionário Internacional
da Outra Economia*



DICIONÁRIO INTERNACIONAL DA OUTRA ECONOMIA

AUTORES

ANTONIO DAVID CATTANI
JEAN-LOUIS LAVILLE
LUIZ INÁCIO GAIGER
PEDRO HESPANHA

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, SA
Av. Fernão Magalhães, n.º 584, 5.º Andar
3000-174 Coimbra
Tel.: 239 851 904 – Fax: 239 851 901
www.almedina.net
editora@almedina.net

ALMEDINA BRASIL, LTDA

Alameda Lorena, 670
Jardim Paulista
01424-000 São Paulo
Tel/Fax: +55 11 3885 6624 / 3562 6624
Mob: +55 11 8457 2654
brasil@almedina.com.br

PRÉ-IMPRESSÃO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.
producao@graficadecoimbra.pt

IMPRESSÃO

??????????

Janeiro, 2009

DEPÓSITO LEGAL

??????????

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es). Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

Dicionário internacional da outra economia / Pedro
Hespanha...[et al.]. – (CES)
ISBN 978-972-40-3722-6

I – HESPANHA, Pedro, 1946-

CDU 330
316
304
364

ÍNDICE

- | | | | |
|----|--|-----|--|
| 7 | Construindo a Outra Economia
<i>Antonio David Cattani</i> | 55 | Cidadania
<i>Paulo Henrique Martins</i> |
| 9 | Nota Acerca da Edição Portuguesa
<i>Boaventura de Sousa Santos</i>
<i>Pedro Hespanha</i> | 60 | Comércio Justo
<i>Alfonso Cotera</i>
<i>Humberto Ortiz</i> |
| 11 | Altermundialização
<i>Patrick Viveret</i> | 68 | Conselhos de Empresa
<i>Hermes Augusto Costa</i> |
| 16 | Antiutilitarismo
<i>Alain Caillé</i> | 74 | Consumo Solidário
<i>Euclides André Mance</i> |
| 21 | Associativismo
<i>Philippe Chanial</i>
<i>Jean-Louis Laville</i> | 80 | Cooperação
<i>Paulo de Jesus</i>
<i>Lia Tiriba</i> |
| 26 | Autogestão
<i>Daniel Mothé</i> | 86 | Cooperação Internacional
<i>Dipac Jaiantilal</i> |
| 31 | Bancos Comunitários
de Desenvolvimento
<i>Genauto Carvalho de França Filho</i>
<i>Jeová Torres Silva Junior</i> | 91 | Cooperativas de Trabalho
<i>Jacob Carlos Lima</i> |
| 37 | Bens Públicos Mundiais
<i>Philip Golub</i>
<i>Jean-Paul Maréchal</i> | 96 | Cooperativismo
<i>Rui Namorado</i> |
| 43 | Cadeias Produtivas
<i>Lee Pegler</i> | 103 | Dádiva
<i>Alain Caillé</i> |
| 49 | Capital Social
<i>Susana Hintze</i> | 108 | Desenvolvimento Local
<i>Rogério Roque Amaro</i> |
| | | 114 | Economia da Família
<i>Lina Coelho</i> |

- 120 Economia do Trabalho
José Luis Coraggio
- 128 Economia Feminista
Lina Coelho
- 134 Economia Moral
Noëlle M. P. Lechat
- 139 Economia para a Vida
Franz J. Hinkelammert
Henry Mora Jiménez
- 145 Economia Plural
Jean-Louis Laville
- 150 Economia Popular
Ana Mercedes Sarria Icaza
Lia Tiriba
- 156 Economia Social
Jacques Defourny
- 162 Economia Solidária
Jean-Louis Laville
Luiz Inácio Gaiger
- 169 Eficiência
Luiz Inácio Gaiger
- 175 Emancipação Social
Antonio David Cattani
- 181 Empreendimento Econômico
Solidário
Luiz Inácio Gaiger
- 188 Empresa Social
Jacques Defourny
- 193 Empresas Recuperadas
Gabriel Fajn
- 198 Estado Social
François-Xavier Merrien
- 203 Ética Econômica
Anne Salmon
Antonio David Cattani
- 208 Finanças Solidárias
Ruth Muñoz
- 213 Governança Local
Sílvia Ferreira
- 219 Identidade
Marília Veríssimo Veronese
Egeu Gómez Esteves
- 224 Incubação de Redes
de Economia Solidária
Genauto Carvalho de França Filho
Eduardo Vivian da Cunha
- 231 Justiça Cognitiva
Maria Paula Meneses
- 237 Macroeconomia e Economia Popular
Ricardo Diéguez
- 243 Microcrédito
Jean-Michel Servet
- 248 Microempreendedorismo
Pedro Hespanha
- 255 Moeda Social
Claudia Lúcia Bisaggio Soares
- 260 Movimento Social
Ana Mercedes Sarria Icaza
- 264 Patrimônio Comum da Humanidade
José Manuel Pureza

- 268 Políticas Públicas
Walmor Schiochet
- 273 Previdência Social
Claudia Danani
- 278 Redes de Colaboração
Solidária
Euclides André Mance
- 284 Redes Sociais
Breno Fontes
Sílvia Portugal
- 289 Responsabilidade Social Empresarial
Anne Salmon
Antonio David Cattani
- 293 Saberes do Trabalho Associado
Maria Clara Fischer
Lia Tiriba
- 299 Sociedade-Providência
Pedro Hespanha
Sílvia Portugal
- 305 Sociologia Econômica
Benoît Lévesque
- 310 Solidariedade
Jean-Louis Laville
- 315 Tecnologia Social
Renato Dagnino
- 322 Terceiro Sector
Sílvia Ferreira
- 328 Utopia
Antonio David Cattani
- 335 Autores
e Corpo Técnico

J

JUSTIÇA COGNITIVA

Maria Paula Meneses

1. A constituição mútua do Norte e do Sul globais e a natureza hierárquica das relações Norte-Sul permanecem cativas da racionalidade moderna, geradora não apenas da ciência e da técnica, mas também da lógica capitalista, impessoal e devastadora e causadora de uma ordem política e económica desigual e assumidamente monocultural. Enquanto desafio ético, a justiça cognitiva é uma condição para a mudança radical da monocultura da ciência, no sentido em que esta, em lugar de ser fundamentalista, é absorvida, negociada e dialogada com outros saberes, de forma a criar um mundo plural e dinâmico de infinitas possibilidades cognitivas, e em que a ênfase está centrada na interação/tradução de práticas e saberes (SANTOS, 2006).

A relação do projecto imperial do Norte global *vis-à-vis* o Sul global – metáfora da exploração e exclusão social – é parte da relação global capitalista. No campo do conhecimento, a divisão radical entre saberes atribuiu à ciência moderna o monopólio universal de distinção entre o verdadeiro e o falso, gerando as profundas contradições que hoje persistem no centro dos debates epistemológicos (SANTOS, 2000, 2007).

No Norte global, os outros saberes, as outras experiências, para além da ciência

e da técnica, têm sido produzidos como não existentes e, por isso, radicalmente excluídos da racionalidade moderna. Esta hierarquização de saberes e sistemas económicos e políticos, assim como a predominância de culturas de raiz eurocêntrica, tem vindo a ser desafiada a partir de perspectivas subalternas. Estas perspectivas não só vão mostrando a incapacidade das velhas dicotomias, como também exigem a descolonização do conhecimento, o que passa, necessariamente, pela descolonização do pensamento económico. Estas questões epistemológicas, suscitadas pelo período de transição em que vivemos, levam à emergência de um outro pensamento alternativo, que Boaventura de Sousa Santos caracteriza como sendo um pensamento alternativo de alternativas (2006, 2007).

2. Pensar uma outra economia, como parte de uma ideia mais ampla de conceber o mundo como pluriversal, é um assunto problemático (HOUNTONDI, 2007). Uma “outra” economia, solidária, participativa, alternativa, informal, pressupõe a existência de um modelo dominante. Paralelamente, esta “outra” economia procura suplantar ou substituir os modelos económicos dominantes. Na essência, esta perspectiva assume a hegemonia da racionalidade moderna, que implicitamente é vista como a forma dominante

de saber económico, na qual o positivismo matemático é o garante de uma aura de verdade universal, inquestionável.

O pensamento económico dominante assenta no pressuposto de que a modernidade e o capitalismo surgiram na Europa num determinado período da história, tendo-se expandido pelo globo ao longo do tempo (DUSSEL, 1994). Nesse movimento, esta expansão conheceu encontros, negociações e apropriações violentas. Esta narrativa teleológica assenta no pressuposto da existência de um tempo linear, ou seja, que a história se move em direcção a um fim definido e concreto, em direcção ao progresso, e que algumas sociedades chegaram a esta etapa final com algum atraso (especialmente os povos colonizados). Por exemplo, nos textos fundadores da Economia Política, a “humanidade” percorre várias etapas económicas (caça, pastoreio, agricultura e, finalmente, comércio), sendo cada uma destas etapas caracterizada por um determinado tipo de propriedade e por formas culturais específicas. Esta concepção do desenvolvimento da economia apresenta uma narrativa clara da função histórica organizativa da propriedade como princípio estruturador da cultura e da sociedade, justificando, em paralelo, a lógica histórica da alteridade que a sustém. Como vários autores têm vindo a afirmar, o facto de um crítico capitalista tão poderoso como Marx ter insistido na réplica das imagens do “outro” enquanto um espaço de atraso (justificando assim a colonização britânica) revela que as operações de alteridade enquanto subalternidade estão profundamente impregnadas na moderna estrutura do pensamento económico.

O desenvolvimento moderno integrou o processo de construção do Estado-

-Nação. A sua gramática estava imersa no modelo de transferência de tecnologia, das metrópoles para as periferias coloniais, transformando-se a invenção e inovação em desenvolvimento (VISVANATHAN, 2006). Se o projecto do desenvolvimento resume o paradigma monocultural do conhecimento, as críticas ao desenvolvimento e às políticas económicas que o estruturam terão igualmente de ser alvo de uma mudança paradigmática, que permita a descolonização.

A economia moderna, celebrada como uma “ciência” da acumulação material, sancionou e celebrou historicamente a exploração e a colonização de recursos e saberes do mundo. A economia, num sentido dominante, pode pois ser caracterizada como uma gramática colonial, cujo discurso produz a exclusão e o apagamento do que é não familiar – embora explorável: as “outras” práticas sociais e subjectividades. Isto não significa que o pensamento económico se tenha mantido estagnado. Pelo contrário, muitas inovações têm ocorrido, do novo institucionalismo até à economia solidária. Contudo, importa questionar, na procura de uma ruptura com um pensamento único e teleológico, o sentido do “novo”, se estamos perante uma renovação do discurso económico ou se, de facto, se buscam mudanças no sentido de amplificar – na diversidade de alternativas – um desafio ao paradigma dominante.

Por exemplo, a moderna história económica de África poderá ser ampliada explorando a tensão entre as tentativas de “formalização” económica (especialmente no que concerne às tentativas de “fixação” de medidas económicas e sociais por meio de documentos e outras medi-

das quantitativas convencionais), e as lógicas vernaculares em prática, as quais suspeitam e desafiam estes reducionismos e fixações. Enquanto os planejadores, quer coloniais quer contemporâneos, frequentemente assumem que um sistema “moderno” assente na lógica formal do documento e das previsões científicas iria naturalmente substituir a tradicional África indómita e desorganizada, a história tem mostrado uma imagem bem mais complexa: ilhas de “formalização” num meio onde dominam lógicas extraordinariamente vitais de negociação informal, de conversão e manipulação do valor (GUYER, 2004).

Importa, pois, ir mais longe e ultrapassar a situação paradoxal a que se assiste no campo da teorização económica sobre as alternativas à economia neoliberal: ao mesmo tempo que se amplia – através de múltiplas iniciativas como a economia solidária, a informal, etc. – uma gramática quantitativa importante, a condescendência da economia face ao positivismo é marcante. É disto exemplo a relutância em questionar categorias económicas centrais como “capital” ou “trabalho” (CHAKRABARTY, 2000). Termos como subdesenvolvimento e neocolonialismo continuam a ser usados embora as suas origens teóricas os impliquem numa teleologia e determinismo incongruentes com as críticas pós-coloniais à modernidade (ZEIN-ELABDIN, 2004). Questões centrais como a globalização neoliberal, as rápidas mudanças tecnológicas, a desregulação financeira e a crescente subordinação das sociedades do Sul global às instituições de Bretton Woods não podem ser adequadamente compreendidas sem a atenção sistemática de uma perspectiva crítica económica. Indo

mais fundo, uma abertura à pluralidade de experiências económicas, longe de apenas revelar uma resistência ao modelo hegemónico neoliberal sustentado pelo monopólio sobre os recursos económicos, exige alargar o pensamento alternativo às alternativas, sobre o que significam as economias alternativas.

Neste sentido, o pós-colonial deve ser visto como o encontro de várias perspectivas e concepções sobre a hegemonia do conhecimento moderno, um idioma crítico que procura reflectir sobre os processos de descolonização, nas zonas geradas pela violência do encontro colonial. Questionar esta hegemonia deverá ser visto como uma possibilidade contingente de mudança em direcções que não reproduzem a subordinação cultural, política e económica. Este questionamento crítico não é um fim em si mesmo, mas um estímulo a uma compreensão mais ampla das várias tentativas e dos múltiplos processos económicos. Ocultar ou aniquilar a diversidade implica sempre o retorno da exclusão.

O contraste entre um discurso hegemónico liberal e práticas económicas cada vez mais heterodoxas permite identificar, de forma cada vez mais precisa, a presença do questionamento pós-colonial à economia. Esta perspectiva apela explicitamente a uma história subalterna da economia moderna, à análise dos problemas resultantes do cruzamento cultural e da natureza das economias solidárias (e das socializações que esta possibilita e promove), assumindo, numa perspectiva de justiça cognitiva, o reforço de outras experiências e reflexões, subalternizadas e marginalizadas porque impuras ou atrasadas.

3. O conhecimento, longe de ser uma entidade ou sistema abstracto, é uma forma de estar no mundo, ligando saberes, experiências e formas de vida. A ideia de uma economia alternativa, no plural, é uma tentativa de abrir a ciência moderna para além dos seus limites, com o objectivo de (re)construir a cartografia dos saberes da Humanidade.

A entrada no século XXI exige uma análise mais sofisticada, que torne visíveis alternativas epistémicas. Um dos elementos críticos deste desafio é a própria estrutura disciplinar do conhecimento moderno. As disciplinas académicas simbolizam uma divisão de saberes, uma estrutura organizativa que procura gerir e tornar compreensível e ordenado o campo do saber, ao mesmo tempo que o controla, endossando e justificando desigualdades entre saberes e gerando outras formas de opressão, que perpetuam a divisão abissal da realidade social (SANTOS, 2007). O desaparecimento ou subalternização de outros saberes e interpretações do mundo significa, de facto, que estes saberes e experiências não são considerados formas compreensíveis ou relevantes de ser e estar no mundo; declarados como reminiscências do passado, são condenados ao inevitável olvido ou a serem processados pelo saber científico dominante.

O conhecimento, em lugar de uma entidade abstracta, é uma forma de explicar formas de vida, ocupações e redistribuições. Nas relações entre o Norte e o Sul globais, entre o centro e as periferias do sistema mundial, a colonialidade do poder é hoje, mais do que nunca, um efeito da colonialidade do saber científico. Com a globalização neoliberal – e as estritas receitas da globalização económica e o

tipo de desenvolvimento tecnológico que esta promove –, está a atingir-se o paroxismo da destruição de outros saberes e das práticas, mundividências, universos simbólicos e os modos de vida que eles credibilizam e legitimam. O ataque maciço à diversidade epistemológica do mundo tem produzido um empobrecimento, e mesmo a destruição dramática da experiência social e cultural. Neste sentido, ampliar o cânone dos saberes (SANTOS et al., 2005) é uma tentativa de alargar a ciência moderna a possibilidades que esta tem suprimido internamente, como também para além da própria ciência. Todavia, os cenários pós-coloniais em presença são extraordinariamente distintos. A diversidade da América Latina é distinta do que ocorre em África ou dos contextos europeus e, dentro de cada um destes macrocosmos, existe uma infinidade de microcosmos todos infinitamente distintos entre si. Contudo, se esta diferença espaço-temporal apela para a diferença dentro do Sul, a experiência colonial comum permite a constituição de um Sul global, onde a condição pós-colonial se impõe cada vez mais na análise e caracterização das condições políticas específicas. Comum a este Sul global é uma crítica que procura identificar e radicalmente ultrapassar a persistência da colonialidade do poder e do saber (dominação, exploração, marginalização e opressão) para além do processo das independências políticas.

A problemática da pós-colonialidade exige uma revisão crítica de conceitos hegemonicamente definidos pela racionalidade moderna, como sejam *história*, *cultura* ou *conhecimento*. Rever estes conceitos integra várias exigências: a histórica, ou seja, a necessidade de repensar todos

os passados e perspectivas futuras à luz de outras perspectivas, que não as do Norte global; a ontológica, que passa pela renegociação das definições do ser e dos seus sentidos; e, finalmente, a epistémica, que contesta a compreensão exclusiva e imperial do conhecimento, desafiando o privilégio epistémico do Norte global.

No seio desta multiplicidade ontológica, e da conseqüente possibilidade permanente de configurações alternativas, importa avaliar modos de coexistência entre os saberes e as formas da sua legitimação. A ênfase na pluralidade resulta do reconhecimento da extrema diversidade de experiências, cuja riqueza, em termos de possibilidades de mudança, não pode ser sumariada num único horizonte disciplinar, numa única forma de pensar a alternativa.

4. Pensar a descolonização da economia requer necessariamente o reconhecimento de que não há justiça social global sem justiça cognitiva global. O conceito de justiça cognitiva assenta exactamente na busca de um tratamento igualitário de todas as formas de saberes e daqueles que o possuem e trabalham, abrindo o campo académico à diversidade epistémica no mundo. Este apelo à descolonização requer, em simultâneo, a identificação de processos mediante os quais a epistemologia e a racionalidade hegemónicas produzem a “ausência” de saberes, ao mesmo tempo que se procura conceptualizar a criação de um novo tipo de relacionamento entre os saberes do mundo.

Para garantir que qualquer novo engajamento político não arrasta, de novo, a destruição epistémica que se procura ultrapassar, importa reconhecer a diferença que faz a diferença, desmascarando

as estruturas de poder que ainda caracterizam o relacionamento científico com outros saberes, ao mesmo tempo que se procura transformar essas estruturas e, conseqüentemente, os termos do diálogo. A geração de traduções entre situações contemporâneas pressupõe o reconhecimento mútuo, o qual terá de ser criado, a partir do descentrar das narrativas dominantes produzidas no Norte global, apostando numa tecedura da análise assente numa ecologia de saberes enquanto rede composta de múltiplas narrativas interligadas. Outro dos dogmas a desafiar é o do tempo linear, que legitima os estádios de progresso cultural no espaço-tempo da modernidade. No caso africano, a tradição, na medida em que atribui um lugar de especificidade à realidade africana, transforma-se no artifício ideológico que tem justificado não só a invenção do mundo local, como também a naturalização da não contemporaneidade de África com os tempos do Norte global. Assumir a presença de diferentes lógicas e diferentes formas de pensar exige a possibilidade de diálogo e de comunicação entre culturas, incluindo, depois de reconfiguradas, as experiências de conhecimento do Norte.

Promover uma justiça cognitiva global só será possível mediante a substituição da monocultura do saber científico pelo alargar dos saberes e das experiências. Este alargar epistémico à diversidade – as epistemologias do Sul – inclui, na proposta de Boaventura de Sousa Santos, a revelação dos outros saberes, e a construção de um diálogo entre estes que garanta “igualdade de oportunidades” aos diferentes conhecimentos em disputas epistemológicas cada vez mais amplas com o objectivo de maximizar o contributo

de cada um deles na construção de uma sociedade mais democrática e justa e também mais equilibrada na sua relação com a natureza. Não se trata de atribuir igual validade a todos os conhecimentos, mas antes de permitir uma discussão pragmática entre critérios alternativos de validade que não desqualifique à partida tudo o que não cabe no cânone epistemológico da ciência moderna (SANTOS et al., 2005).

A justiça cognitiva, enquanto nova gramática global, contra-hegemônica, reclama, acima de tudo, a urgência da visibilidade de outras formas de conhecer e experimentar o mundo, especialmente dos saberes marginalizados e subalternizados.

BIBLIOGRAFIA

CHAKRABARTY, D. (2000), *Provincializing Europe: post-colonial thought and historical difference*, Princeton: Princeton University Press.

DUSSEL, E. (1994), 1492 - *El encubrimiento del Otro: hacia el origen del 'mito de la modernidad'*, La Paz: Plural Editores.

GUYER, J. I. (2004), *Marginal Gains: monetary transactions in Atlantic Africa*, Chicago: University of Chicago Press.

HOUNTONDJI, P. J. (2007), *La Rationalité, une ou plurielle?* Dakar: CODESRIA.

SANTOS, B. S. (2000), *A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*, São Paulo: Cortez Editora.

_____. (2006), *A gramática do Tempo: para uma nova cultura política*, São Paulo: Cortez Editora.

_____. (2007), Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 78, p. 3-46.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P.; NUNES, J. A. (2005), Introdução. Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistêmica do mundo. In: SANTOS, B. S. (Org.), *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 25-68.

VISVANATHAN, S. (2006), Alternative science. *Theory, Culture & Society*, v. 23, n. 2-3, p. 164-169.

ZEIN-ELABDIN, E. O. (2004), Articulating the postcolonial (with economics in mind). In: ZEIN-ELABDIN; E. O.; CHARUSHEELA, S. (Ed.), *Postcolonialism meets economics*, Cambridge: Routledge, p. 21-39.